

Piauí já combate o trabalho escravo desde 2003

Por Francisco Leal

No Piauí, o combate ao trabalho escravo já é feito desde 2003. O governo do Estado, reconheceu publicamente, no período, que a questão representava uma grave violação dos direitos humanos no Estado, apontado à época como o segundo maior exportador de mão-de-obra escrava do Brasil.

Graças aos programas desenvolvidos, hoje o Piauí ocupa apenas a décima posição nesse ranking e caminha para que o trabalho escravo seja realmente erradicado em seu território. Trabalhos estão sendo desenvolvidos para que o Estado tenha uma melhor distribuição de renda e assim o trabalhador não se sinta mais atraído por este tipo de trabalho.

Em documento distribuído com os membros da Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (Conatrae), que se reuniu em Teresina nessa quinta-feira, 20, o governo relaciona as medidas adotadas na área, como a instituição, em 2004, do Fórum Estadual de Erradicação do Aliciamento e de Prevenção ao Trabalho Escravo, com o objetivo de elaborar um plano de enfrentamento.

Ainda em 2004, o Piauí elaborou o primeiro plano estadual de erradicação do aliciamento e de prevenção do trabalho escravo, com aplicação também nos anos seguintes, e promoveu a primeira campanha estadual multimídia acerca do aliciamento ao trabalho escravo. Em 2007, diante das dificuldades de coordenação e articulação governamentais, o governo promoveu um reordenamento institucional buscando aperfeiçoar os mecanismos de implementação das políticas públicas de enfrentamento ao trabalho escravo.

Dentro deste reordenamento, foi criada a Coordenadoria Estadual de Direitos Humanos e da Juventude, órgão de coordenação e articulação da política de enfrentamento do trabalho escravo. Além disso, instituiu e constituiu o Comitê Gestor Estadual de Erradicação do Aliciamento e de Prevenção ao Trabalho Escravo, integrado por diversos órgãos governamentais estaduais e federais, buscando a intersetorialização dessa política, e implementou o Programa Nossa Primeira Terra, promovendo, através do Programa de Crédito

Fundiário, a ampliação do número de assentamentos, confirmando o Piauí em primeiro lugar no Brasil em população economicamente ativa trabalhando e como o Estado que mais cresceu na oferta de cursos profissionalizantes para jovens.

O governo também promulgou a legislação estadual que estabelece a suspensão de benefícios fiscais e proíbe de contratação pela administração pública de empregadores incluídos na "lista suja" e instituiu o planejamento participativo territorial para o desenvolvimento sustentável, garantindo previsão orçamentária específica no Plano Plurianual 2008-2011 para a implementação do plano estadual.

Este ano, foi realizada a Oficina de Atualização e Revisão do Plano Estadual e a elaboração do segundo Plano Estadual de Erradicação do Aliciamento e de Prevenção do Trabalho Escravo. No momento, está sendo implementado o segundo plano estadual e em execução a segunda campanha estadual multimídia de combate ao aliciamento.

Também está sendo implementado, em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) e Serviço Pastoral do Migrante, oficinas de qualificação de educadores de escolas públicas sobre a temática do trabalho escravo nos municípios focos de aliciamento.

Outro programa que está sendo desenvolvido é o de qualificação do trabalhador rural, através do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo (Setre) e do Sine Rural.

O documento destaca ainda que o Piauí participa ativamente do processo de elaboração e coordenação do Pacto Interestadual de Combate ao Trabalho Escravo, organizado juntamente com o Maranhão, Pará, Tocantins e Bahia, e propõe a inclusão de outros estados receptores de mão-de-obra, bem como a criação de uma comissão interestadual para acompanhar a questão.

Posto do Detran-PI amplia horário de funcionamento

Por Samara Augusta



DETRAN-PI

Para prestar um melhor atendimento aos usuários da capital, o Departamento Estadual de Trânsito do Piauí (Detran-PI) ampliará a partir da próxima segunda-feira, dia 24, o horário de funcionamento do Posto Francisca Trindade, localizado no bairro Marquês, zona Norte de Teresina.

O Posto de Atendimento Deputada Francisca Trindade foi inaugurado, no dia 28 de maio de 2006, para descentralizar o atendimento e beneficiar os moradores da região. Nesta unidade, são oferecidos todos os serviços de competência do Detran-PI, com exceção dos exames práticos de direção.

O horário de funcionamento do Posto Francisca Trindade para atendimento ao usuário é de 8h às 13h. A partir de segunda-feira, dia 24, esse horário passará a ser de 8h às 16h30. "Desta forma, os usuários que residem na zona Norte da capital poderão ter mais comodidade para procurar o Detran-PI, já que se trata de uma área com grande demanda de serviços", analisa o diretor-geral do Detran-PI.